

Presença reafirmada



ROCHEL ZANDWALLI/SECOM

JESSÉ SOUZA

Sociólogo sustenta que ódio alimentado durante a escravidão se transfere para os pobres

A foto escolhida para a capa desta edição especial é simbólica: organizada pelos negros que hoje estudam e trabalham na UFRGS, mostra o quanto “Representatividade importa, sim” – para aproveitar a frase usada pelos protagonistas da ação para descrevê-la. O JU, desde a instituição da política de cotas na Universidade, há dez anos, tem buscado cada vez mais acentuar o seu caráter plural do ponto de vista étnico-racial. É por isso que, para marcar a data e para nos juntarmos às ações realizadas no Novembro Negro, trazemos este conjunto de discussões que buscam tratar da presença dos descendentes da diáspora africana na Universidade e o quanto isso tem transformado a própria instituição de diversas maneiras. Também o outro lado dessa história é contemplado: as dificuldades de quem busca romper à muita força o lugar que lhe foi imposto pela narrativa dominante e oficial. Boa leitura!

Expressão artística

A produção cultural como forma de resistência

Acesso à saúde

Racismo soma-se às frágeis condições sociais e econômicas

Ensino superior

Questões étnico-raciais surgem tímidas nos currículos

Espaço da
Reitoria

Edilson Nabarro,
vice-coordenador da Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAF)

Ações afirmativas e o Novembro Negro

O Programa de Ações Afirmativas, implantado pela UFRGS em 2008, está completando 10 anos de execução. A Lei de Cotas de 2012, que obrigou todas as IFES a reservarem 50% do total de vagas em todos os cursos para estudantes egressos de escola pública e autodeclarados negros, se transformou na mais inovadora e consequente política pública de inclusão no ensino superior para grupos étnicos e em vulnerabilidade social. O pioneirismo e a coragem da UFRGS foram legitimados pelos resultados positivos alcançados, o que levou o Conselho Universitário, em 2012, a renovar a vigência do ingresso por cotas por mais 10 anos.

Os compromissos institucionais com o fortalecimento da política de cotas foram consolidados com a criação, em 2013, da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), órgão estratégico responsável pelo monitoramento, pela execução e avaliação das ações e programas que visam dar visibilidade e promover o acolhimento e a integração dos estudantes cotistas na estrutura da Universidade. Os relatórios anuais produzidos pela CAF permitiram diagnosticar

vulnerabilidades, auxiliando na formulação de ações reparadoras e contribuindo para o desenvolvimento geral da política.

Mesmo com resultados positivos, as ações afirmativas, enquanto política pública, sempre estarão em fase permanente de construção. A janela de aprendizado é própria de políticas específicas e inovadoras. E estas precisam de firme defesa. Enfrentar desigualdades raciais e sociais utilizando a educação como fator estratégico nunca esteve nos programas governamentais da política brasileira. A superação dos preconceitos e da histórica subalternização dos grupos socialmente dominados tem acompanhado o êxito e os esforços dos estudantes cotistas, bem como da Universidade. Se a Lei de Cotas é norma institucional da política acadêmica de todas as IFES, deve ser executada conforme os marcos regulatórios, e esta, pelos seus efeitos, tem merecido contestação direta e ameaças diretas e veladas. A UFRGS tem respondido a esses desafios por meio da valorização da diversidade e das diferenças enquanto princípio civilizatório e de justiça social. Todos os anos, várias são as ações desenvolvidas, com ênfase em programas

de capacitação de gestão das ações afirmativas, objetivando a formação de gestores públicos, e em seminários e debates no campo da diversidade e do combate ao racismo.

Se ainda temos muitos desafios, há muito o que celebrar. A política de cotas venceu barreiras que pareciam intransponíveis. Atualmente, a UFRGS já diplomou 738 estudantes autodeclarados negros que ingressaram graças a uma justiça reparadora. Quantos seriam se não houvesse cotas?

Neste mês, que marca as celebrações e reflexões em todo o País sobre o Dia Nacional da Consciência Negra, a UFRGS realizará o seu NOVEMBRO NEGRO. Trata-se de uma extensa programação de palestras, apresentações culturais, debates, exposições, aulas abertas, seminários, etc. São iniciativas de valorização, nascidas pela contribuição de estudantes, docentes e técnicos administrativos em todas as áreas do conhecimento, revelando que a política de ações afirmativas já alcançou maioria. Continuaremos resistindo frente a eventuais ameaças. A UFRGS reafirma seus compromissos sociais de formar cidadãos preparados para novos marcos civilizatórios de justiça e igualdade social.

Campo a desbravar

Currículo
Ainda são poucas as atividades de ensino que contemplam questões étnico-raciais

Se na extensão já proliferam ações que pontuam tópicos de raça e cor, o eixo do ensino tem se mostrado menos permeável à incorporação dessas temáticas. Isso não quer dizer que não haja agentes que, graças ao vigor com que tratam a matéria, têm promovido avanços. Entre eles está Carla Meinerz, professora integrante do coletivo de docentes que promove a disciplina *Encontro de Saberes*, iniciada em 2016 e aberta a todos os cursos de graduação – com sede na Comissão de Graduação (Comgrad) da Música. Com a proposta de valorizar o conhecimento em seus diversos aspectos, as aulas são ministradas por mestres indígenas e afrodescendentes que introduzem no ensino conhecimentos que antes eram, no máximo, objetos de pesquisa.

Carla também é colaboradora da disciplina *Educação e Relações Étnico-raciais*, do curso de Pedagogia, primeira (e, por enquanto, única) cadeira obrigatória dentro da UFRGS que trata exclusivamente do tema. Feliz com a implementação das duas primeiras turmas neste semestre, após dois anos de discussão, ela reconhece a importância de se ter uma disciplina obrigatória que aborde o assunto. “Antes havia um entendimento de que todo mundo deveria acolher o tema nas suas disciplinas. Mas, quando se trata de um tema sensível, que não é socialmente consenso, dizer que todo mundo vai trabalhar é como dizer que só aqueles que realmente compreendem o racismo como um problema social e estrutural do Brasil é que vão abordar”, observa.

A iniciativa estimulou outros cursos da Universidade a começarem ou intensificarem discussões semelhantes. Na Psicologia, a expectativa da vice-coordenadora da Comgrad da Psicologia, Gislei Lazarotto, é de que uma cadeira obrigatória inicie as atividades no segundo semestre de 2019. “Temos toda uma problematização em relação aos processos de subjetivação: como as pessoas vão se constituir no lugar de negros, brancos, indígenas, a partir de certa identidade relativa à noção de raça e etnia e marcadamente ligada ao racismo institucional

que temos constituído no Brasil a partir da escravidão. Há estudos comprovando o adoecimento psíquico das pessoas em função do racismo, então isso é um conteúdo muito importante na Psicologia”, avalia a docente que integra o grupo de trabalho que formulou a proposta da disciplina.

Gislei lembra, ainda, de outros agentes cujos movimentos têm levado a avanços no ensino das questões étnico-raciais dentro da Universidade: os próprios alunos negros. A professora conta que manifestações ocorridas durante as ocupações de 2016 foram fundamentais, do ponto de vista político, para levar a discussão adiante. Para ela, as cotas raciais são essenciais por isso. “Na medida em que recebemos esses estudantes, começamos a nos confrontar efetivamente com esse Brasil que não estava dentro da Universidade. Nós tínhamos um ambiente predominantemente branco, e isso provocava um efeito de reprodução do ponto de vista de como a gente percebia os processos educacionais, a produção de conhecimento. Nós, aqui, três pessoas brancas [referindo-se a mim, repórter, a ela e a sua colega, que também participou da entrevista], vamos viver o espaço de forma diferente do que se fôssemos três pessoas negras, do ponto de vista do acesso, do serviço, da forma como seremos tratados e abordados”, ressalva.



Maria Elaine Espíndola participou do módulo *Sociedades e Cosmovisões do Encontro de Saberes de 2016*

FLÁVIO DUTRA/JU

As ações afirmativas, contudo, não são suficientes. O desafio é cumprir o Parecer Legal de 2004 que prevê estratégias educacionais e pedagogias antirracistas em todas as instituições e cursos do ensino superior. “É uma ação reparatória, uma política afirmativa, assim como as cotas”, explica Carla. Para ela, o amparo legal é essencial. Questionada se o governo do presidente eleito não

gera o receio de um desmantelamento, a professora garante que “tudo isso está muito garantido e fundamentado na forma da lei”. Para ela, mais do que a legislação, é necessária a mobilização e a fiscalização dos atores envolvidos para que ela seja aplicada.

Henrique Moretto,
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Ser negro nas artes

Presença

A produção cultural de artistas negros é uma forma de resistência no Brasil

Para o bailarino e estudante de Dança na UFRGS Rui Moreira, trabalhar com a cultura negra é uma responsabilidade: “Negro não é uma cor de pele, é um estado político. É uma relação com o seu entorno que acaba sendo manifestada a partir da expressão artística de muitos”.

No entanto, a arte realizada por pessoas negras, não raro, é recebida com um viés folclórico ou, alternativamente, permanece restrita à periferia. Rui aponta que o problema é ainda mais grave: “A própria relação com esse material tem uma intenção de apropriação, e não de compreensão mais profunda do que significa”.

Dificuldades – Por falta de incentivo social e por discriminação, artistas negros são, muitas vezes, desvalorizados no Brasil. “Hoje em dia há uma tentativa de se romper preconceitos. Mesmo assim, eles estão presentes”, analisa Celina Alcântara, atriz e professora de Artes Cênicas na UFRGS.

Para o Mestre Churrasco, músico e capoeirista há 56 anos, o desconhecimento da capoeira, por exemplo, é uma consequência histórico-social dessa desvalorização da cultura afro-brasileira.

“Ela é nossa, mas não a conhecemos. A capoeira faz parte da história, mas não está nela”, denuncia.

De acordo com dados divulgados pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre 2002 e 2014, 31% dos filmes brasileiros de grande sucesso tinham no elenco atores negros interpretando papéis associados à pobreza e à criminalidade. Sobre isso, Celina Alcântara, primeira estudante negra formada no Departamento de Artes Dramáticas da UFRGS, relata: “Quando era aluna, fazíamos os chamados clássicos teatrais. E, para mim, cabia o papel da ama ou da mulher que se parece com a prostituta. Era sempre o papel da subserviente.

Embora eu tivesse 18 anos como as minhas colegas, não era verossímil que eu fizesse a Julieta”.

Já no mundo da dança, o balé, por exemplo, historicamente excluiu corpos negros da técnica clássica. A marginalização permanece e surge em detalhes como na “inofensiva” sapatilha “cor de pele”. O bailarino Rui Moreira comenta que esse universo ainda é eurocêntrico e branco. “Por isso muitos bailarinos negros têm de pintar suas sapatilhas com a cor marrom para se assemelhar à pele deles”, explica.

Mudanças – Por ser um meio de representação e expressão sócio-

-cultural, os artistas negros estão se reposicionando. Celina Alcântara entende que a arte é justamente isso: resistência. Mestre Churrasco, um dos mais antigos capoeiristas do Rio Grande do Sul em atividade, concorda com a atriz: “A capoeira, por exemplo, foi proibida e perseguida. Tentaram acabar com ela, mas não conseguiram. E hoje está ainda mais forte”.

A função da arte, nesse cenário, é cada vez mais de contar histórias marginalizadas, entende Celina Alcântara. Por isso, na UFRGS, ela traz práticas pedagógicas referentes a sua ancestralidade afro-brasileira. “Trabalho com figuras de orixás como inspiração para que

meus alunos tenham referências além daquelas a que já estamos acostumados, que são, em geral, eurocêntricas e colonizadoras”, justifica.

Sobre o futuro, Celina acredita que a mudança está no que se passa a representar: “Quando um negro ou uma negra se torna referência, leva consigo um grupo de pessoas”. Já Rui observa os avanços conquistados. “Andamos muito, abrimos muitas portas e estamos batalhando para que elas não se fechem”, encerra.

Carolina Pasti,
estudante do 4.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



O bailarino Rui Moreira acredita que muitos avanços já foram conquistados

RUI MOREIRA/DIVULGAÇÃO

O racismo faz adoecer

Saúde

A busca pela igualdade de tratamento passa pelo reconhecimento do SUS

Após muita luta e pressão dos movimentos sociais, a saúde das pessoas negras virou pauta de políticas públicas na primeira década dos anos 2000. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, publicada em 2007, ressalta a importância de iniciativas específicas, como a inclusão do quesito cor/raça

em todos os registros médicos e boletins de saúde, e ações que garantam maior equidade no que tange à efetivação do direito humano à saúde. A publicação também aborda a prevenção e o tratamento de doenças que estejam mais presentes nesse segmento populacional, além de sugerir estratégias para combater o racismo institucional no Sistema Único de Saúde (SUS).

A concretização disso, no entanto, ainda não se efetivou, já que, segundo o boletim epidemiológico de coinfeção de Tuberculose e HIV de 2017, por exemplo, dos novos casos registrados no ano anterior, 60,1% eram de negros. Segundo a coordenadora do grupo Pesquisa e Avaliação da Condição de Saúde da UFRJ, Marcia Alves dos Santos, a incidência dessas e outras enfermidades na população negra é maior por conta das

condições sociais e econômicas desse grupo. “A desigualdade social, histórica no Brasil, influencia o viver, o adoecer e o morrer das pessoas negras. Para garantir a saúde, é preciso garantir o exercício pleno da cidadania”, pontua.

Marcia ressalta ainda que a escassez de financiamento do SUS é uma forma de perpetuar o preconceito. “Se a maioria das pessoas que usa e depende exclusivamente dele se declara preta, deixar de investir no sistema é ratificar o racismo na sociedade.” Como dentista, afirma que os pacientes negros que chegam ao seu consultório relatam pouca receptividade em tratamentos pgressos. “Eles se sentiram descuidados com outros profissionais”. Esse sentimento ela já sofreu na pele. “Uma vez levei meu filho, que é pardo, numa consulta médica. A minha secretária, que é branca, foi

junto com a gente. Durante toda a consulta, o médico passou todas as recomendações se dirigindo apenas a ela. No final, minha secretária pediu para que ele repetisse, dizendo que eu que era a mãe do menino. Ele pediu mil desculpas e repetiu, e eu o deixei repetir”, conta. Nessa perspectiva, as ações afirmativas das universidades, que garantem a diversidade nos cursos de graduação, são essenciais, porque formam mais profissionais da saúde negros.

A psicóloga clínica e mestranda em Psicologia Social da UFRGS Jessyca Barcellos observa que a presença desses profissionais é uma questão de representatividade. Jessyca afirma que seus pacientes negros se sentem mais à vontade com ela: “Eles se identificam comigo e relatam que têm medo que outros psicólogos achem que o sofrimento deles

é besteira. Se isso acontece, é duplo racismo: alguma situação que a pessoa esteja passando e o silenciamento por parte do profissional”. As principais situações envolvendo o racismo que os pacientes enfrentam geralmente têm a ver, segundo ela, com as instituições. “Atendo muitos universitários. Não há racismo explícito, mas o fato de a universidade não conseguir acolher esses alunos causa muito sofrimento.” Outra situação que encontra na clínica são pacientes que não se aceitam como negros. Há também os que afirmam não conseguir emprego por conta do cabelo crespo. “São as manifestações do racismo em todas as instituições que precisamos tratar”, conclui.

Bárbara Lima,
estudante do 6.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Ainda escravocratas

Jessé Souza *Para o doutor em Sociologia, o ódio à população pobre no Brasil tem origem na escravidão*

Jacira Cabral da Silveira

Polêmico ao contrapor-se às ideias de pensadores consagrados, como Gilberto Freyre, doutor em Sociologia pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e professor da Universidade Federal do ABC, Jessé Souza critica a ideia de que viemos de Portugal e que de lá trouxemos um jeito específico de ser. Para ele, a corrupção no Brasil tem sua raiz não em nossa herança d'além-mar, mas na escravidão aqui praticada durante 300 anos. As pessoas de raça negra começam a ser trazidas para o país por volta do ano de 1550 para trabalhar nas plantações das fazendas.

Onde está a raiz da imagem que o brasileiro faz de si mesmo?

A interpretação sobre o Brasil começou em 1930 com a tomada de poder por Getúlio Vargas contra a elite paulistana. Hoje em dia, como essa elite dominou o Brasil inteiro tanto econômica quanto ideologicamente, perdemos essa memória. Mas precisamos recapitular esse instante de 1930, porque foi decisivo e marca toda a história do Brasil a partir de então. Não existia uma concepção sobre o Brasil antes de 1930. Pouco tempo depois de Getúlio assumir o poder, em São Paulo, em 1932, tenta-se uma saída militar. Como perde, a elite paulista decide montar uma base ideológica para que jamais perca de novo o Estado, e que este nunca deixe de ser seu banco particular. Então ela monta uma universidade: a USP, que vai influenciar todas as outras. Vai também montar um mercado editorial de imprensa para consagrar essa leitura do Brasil. Dessa imagem vão se dizer coisas disparatadas, como 'o Brasil vem de Portugal'. Isso é um absurdo, porque não existia escravidão em Portugal, e a transmissão cultural não se dá pelo sangue. Não é a picada de um mosquito que vai dizer que você vai ser italiano, alemão, etc., são as instituições concretas, como a família, a escola, o mercado de trabalho. É isso que faz os seres humanos. E a instituição que existia aqui desde 1532 era a escravidão.

E como essa instituição tem visibilidade até os dias atuais?

A forma da família dos escravos se transmite para a forma da família das pessoas mais pobres até hoje. E o ódio alimentado contra o escravo se transfere para os pobres. Todos os golpes de estado no Brasil não tiveram nada a ver com a corrupção; foram sempre uma reação a uma pequena diminuição da distância entre as classes. É só a gente lembrar de Getúlio Vargas, pois ele ajudou especialmente os trabalhadores urbanos. Vargas,

inclusive, cai por conta de ter dado 100% de aumento, ter mobilizado essas classes. Ele cai porque ocorre um estreitamento entre as classes. Jango vai cair também pelo anúncio da reforma agrária, da reforma de base de interesse das classes populares. Lula e Dilma vão cair também por conta disso, porque tinha pobre comprando no mesmo shopping que a madame. Embora esta comprasse à vista, o pobre ia lá e comprava a mesma roupa em 24 vezes, e isso era intolerável. Esse é o ódio ao pobre, no sentido de que ele não pode ter consumo, não pode ir para a universidade. É esse ódio covarde e canalha da classe média que tem que ser explicado.

A quem interessa essa imagem?

Isso é o que a elite precisa fazer: primeiro ela humilha o povo – ela diz: 'você são um bando de preguiçosos, burros e ladrões'. Essas noções têm de ser explicadas uma com a outra, porque as coisas só adquirem compreensibilidade num todo; fragmentadas, não são compreensíveis. São três os elos: (a) a compreensão elitista de que o Brasil e a corrupção vêm de Portugal; (b) a ideia de que esse povo corrupto só vai manifestar o seu atributo "ladrão e corrupto" no Estado. Dizer que só o Estado é corrupto e ladrão significa que a base da política, que é a soberania popular, passa a ser estigmatizada e criminalizada também. Essa ideia interessa aos proprietários do mercado porque viabiliza e legitima o seu assalto e criminaliza o seu inimigo de classe, ou seja, as classes populares, sempre que elas elejam

alguém para ocupar o Estado. Então você tem de enfraquecer o Estado, porque ele é o único interesse organizado capaz de se contrapor ao mercado. A terceira ideia idiota, extremamente má, é de que (c) o pobre vem do campo para a cidade e já estava acostumado a ser manipulado lá, sendo, por isso, visto como um idiota que não sabe votar. Essas três ideias servem para criminalizar o povo e tornar o assalto da elite invisível e legitimado.

Como essa elite procede?

Como nunca percebemos que a nossa grande questão é a escravidão, o ódio ao escravo, o ódio ao vulnerável, o ódio que fez com que o Brasil abandonasse e humilhasse a maior parte da sua população – porque é dessa forma que as classes populares são tratadas –, ela se transforma num ponto secundário. Esse ódio ao escravo se transfere ao pobre. As provas empíricas disso são insofismáveis: no Brasil se matam 70 mil pessoas por ano (e nessa conta não tem gente da classe média ou rica e, se tiver, se conta nos dedos). São quase 70 mil pobres assassinados sem que ninguém se comova com isso, ainda que esse dado seja comparável aos índices da Síria. Tem uma guerra civil, de classe, contra os pobres e, em grande parte, quem mata é a polícia a mando da classe média, porque a polícia não faz isso por si mesma. Lembra o massacre que houve nas prisões no ano passado? Foi aplaudido pela classe média, porque ela aplaude o assassinato do pobre. Sempre tivemos uma classe média fascista, escravocrata.



ESCOLA DE CONTAS - TONSP/DIVULGAÇÃO

COMUNICAÇÃO

Revolução crespa

Coletivo Afronta*

Quantos professores negros lecionam na Fabico? A resposta para esta questão diz respeito não só à realidade da Universidade, mas também à do negro no mercado de trabalho. Pensemos nas redações de jornais, nas agências publicitárias, nos estúdios de rádio e televisão: quantos negros e negras ocupam esses espaços?

Durante visita ao Brasil, a escritora e ativista estadunidense Angela Davis comentou que a ausência de negros na mídia não expressa o Brasil; um país cuja população é majoritariamente negra (53,6%, segundo o IBGE). De fato, o que se observa é a construção de um país que renega a sua existência. Segundo o coletivo paulista Vaidapé, apenas 3,7% dos apresentadores das principais emissoras de televisão aberta são negros.

Isso é reflexo das mentes que pensam e das mãos que produzem os materiais que consumimos. A presença de pessoas negras no produto final depende da presença de pessoas negras durante o processo. Para isso, mais do que publicitários, jornalistas e relações públicas que sejam conscientes da necessidade de fazer uso dos meios de comunicação para falar da desigualdade racial no país são necessários profissionais negros. Neste sentido, a comunicação é uma ferramenta potente tanto para estabilizar o estado (racista) das coisas, quanto para desestabilizá-lo.

Por isso, o posicionamento dos gestores é necessário. A contratação de profissionais negros, a preocupação com a forma pela qual as pessoas negras são retratadas e a noção de que a população negra consome informação são imprescindíveis na transformação da comunicação, importante elemento na construção dos indivíduos e da sociedade.

No seu último disco, o rapper Djonga lembra: "quando o tempo fechar, vai faltar Willian Bonner pra Maju". Para mudar as narrativas que se perpetuaram por tanto tempo, precisamos de novos protagonistas. A revolução será crespa onde a voz do comunicador negro ecoar!

* O Afronta é o coletivo de estudantes negros da FABICO. Nosso objetivo é receber os negros e negras que chegam na faculdade e discutir as questões raciais que circundam a sociedade brasileira.

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farnouplha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sansaverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editor-chefe Everton Cardoso
Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor-assistente Felipe Ewald

Repórteres Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Diagramação Carolina Konrath
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Carolina Pasti, Emerson Trindade Acosta, Isabel Linck Gomes e Natalia Henkin
Estagiários Henrique Moretto e Lucas Borghetti
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 3000 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

jornal@ufrgs